

RELATÓRIO DE GESTÃO 2016



Direcção

António Sarmento Gomes Mota – Presidente

Pedro Canastra de Azevedo Maia – Vice-Presidente

Manuel Maria Simões Nunes Agria – Vice-Presidente Executivo

Alexandre Cardoso Correia da Mota Pinto – Vogal

Álvaro José Barrigas do Nascimento – Vogal

Clementina Maria Dâmaso de Jesus Silva Barroso – Vogal

Duarte Maria de Almeida e Vasconcelos Calheiros – Vogal

Mesa da Assembleia Geral

Daniel Proença de Carvalho – Presidente

José Henrique Bastos C. Costa Pinto – Secretário

Conselho Fiscal

Luís Augusto Gonçalves Magalhães – Presidente (ROC)

Carlos Luís Oliveira de Melo Loureiro – Vice-Presidente

Paulo Fernando Pinheiro Bandeira – Vogal

Conselho Geral

Pedro Miguel Duarte Rebelo de Sousa (Presidente)

Alberto João Coraceiro de Castro

Banco BIC Português, S.A. (representado por Fernando Teixeira dos Santos)

Banco BPI, S.A. (representado por Alexandre Cardoso Martha de Lucena e Vale)

Banco Comercial Português, S.A. (representado por José Jacinto Iglésias Soares)

Caixa Geral de Depósitos, S.A. (representada por Paulo Macedo)

Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. (representada por António Soares Pinto Barbosa)

CTT - Correios de Portugal, S.A. (representado por Nuno Fernandes Thomaz)

EDP – Energias de Portugal, S.A. (representada por Eduardo de Almeida Catroga)

EDP Renováveis, S.A. (representada por João Manuel de Mello Franco)

Esmeralda da Silva Santos Dourado

Galp Energia, S.A. (representada por Carlos Costa Pina)

João Afonso Ramalho Sopas Pereira Bento

Luís Fernando de Mira Amaral

Luís Manuel Pêgo Todo Bom

Manuel Fernando de Macedo Alves Monteiro

Maria Luísa Falcão Libano Monteiro Antas

NOS, SGPS, S.A. (representada por Jorge Brito Pereira)

Novo Banco, S.A. (representado por António Manuel Palma Ramalho)

Pharol, SGPS S.A. (representada por Luís Maria Viana Palha da Silva)

REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. (representada por José Luís Arnaut)

Seguradoras Unidas, S.A. (representada por Gustavo de Mesquita Guimarães)

Vítor Augusto Brinquete Bento

Senhores Associados

Nos termos da Lei e dos Estatutos, a Direcção submete à apreciação de V. Ex.as o Relatório de Gestão do IPCG – Instituto Português de Corporate Governance relativo ao exercício de 2016 e as Contas referentes ao mesmo período temporal.

1. Introdução

No exercício das suas competências estatutárias, a Assembleia Geral de Associados do IPCG, reunida em 13 de Setembro de 2016, procedeu à eleição dos Órgãos Sociais do Instituto para o mandato 2016-2018, com os membros designados a assumirem, de imediato, as respectivas funções. Como, então, ficou expresso, a selecção dos membros que integram os órgãos dirigentes visou garantir a manutenção da linha de continuidade que tem servido de orientação para a gestão do Instituto, sem prejuízo do refrescamento que a dinâmica das organizações sempre aconselha, quando não mesmo exige.

A Direcção que agora subscreve este Relatório apenas iniciou funções no último trimestre de 2016. O que não invalida a sua total identificação com as políticas traçadas e as decisões de gestão tomadas pelo anterior elenco, nem o seu alinhamento com o Programa de Actividades para o ano em avaliação que, aliás, ratificou logo na sua primeira reunião. E, daí, a preocupação de, por razões de sistematização, procurar manter o paralelismo, na elaboração deste relatório e na inventariação das diversas iniciativas empreendidas pelo IPCG ao longo de 2016, entre o que aquele Programa consagra e o que, efectivamente, foi realizado.

2. O Código de Governo das Sociedades do IPCG

Não fora a relevante alteração de circunstâncias, em termos qualitativos, verificada ao longo do exercício no desenvolvimento do processo conducente à estabilização e aceitação do Código de Governo das Sociedades do IPCG pelos reguladores do mercado e sociedades emittentes e diríamos que não faria qualquer sentido dar a esta matéria uma posição de destaque na hierarquização das questões merecedoras de figurarem neste Relatório. Os últimos anos, não obstante o muito esforço despendido, podem, com alguma



dose de realismo, considerar-se decepcionantes, tal a insignificância dos pequenos passos conseguidos rumo ao objectivo traçado. Sublinhe-se, em abono da verdade, que, do lado do IPCG, o propósito de conseguir “impor” em Portugal um modelo de código centrado na auto-regulação, à semelhança do que acontece na esmagadora maioria dos países de economia de mercado, nunca esmoreceu e foi esta determinação que fez despertar a solução que, no nosso entendimento, poderia contribuir para desbloquear o presente impasse em que o processo tinha caído. E, é da mais elementar justiça que se sublinhe, foi esse também o entendimento da CMVM, sem o qual não poderíamos ter iniciado, como veio a suceder, um caminho partilhado agora com um objectivo conjunto, reforçado e renovado, de criar um código de governo unificado.

Dado o devido destaque à determinante alteração de circunstâncias ocorrida e feito o seu indispensável enquadramento, identifiquemos os passos mais relevantes que foram dados ao longo do exercício na prossecução daquele objectivo:

- Culminando um longo período de conversações entre ambas as partes, realizou-se, em 20 de Janeiro, uma reunião conjunta entre a CMVM e o IPCG onde assumiram, inequivocamente, o propósito de concretizar o objectivo de evolução da situação de coexistência de dois Códigos de Governo das Sociedades – CMVM e IPCG – para um Código Único; desse encontro foi elaborada uma acta conjunta que formalizou este entendimento e identificou os passos seguintes;
- No cumprimento do quadro de orientações traçado, seguiu-se a troca de documentos contendo os vários pontos que cada uma das partes entendia dever constar duma versão de um Código Único e com os quais se sentia confortável; seguindo um modelo de aproximações sucessivas, a versão inicial do IPCG, que constituía a base de trabalho neste processo, foi conhecendo sucessivas evoluções, integrando os comentários e propostas que iam sendo colocadas em cima da mesa;
- Com o fecho de um texto que cumpria os pressupostos fixados pela CMVM e pelo IPCG, foi dado conhecimento ao mercado, através de comunicado conjunto, do estabelecimento das bases de entendimento sobre um código de governo societário unificado; refira-se que esta informação mereceu, à data da sua divulgação – 16 de Março -, ampla difusão pelos órgãos de comunicação

- social;
- Ainda com o objectivo de dar sequência aos termos do acordo supra-referido, o IPCG colocou em consulta pública a versão à data consensualizada com a CMVM, procedimento que abarcou um amplo universo de agentes dos mercados e que decorreu entre 1 de Junho e 25 de Julho; de sublinhar o número expressivo de comentários e sugestões recolhido - 25 -, com destaque, porque é de registar o seu interesse, para os contributos recebidos das duas mais importantes, a nível mundial, agências de aconselhamento de voto, a ISS e a Glass Lewis; de referir, também, porque ilustrativo do seu envolvimento no processo, o documento recebido da AEM contendo a posição, abundantemente fundamentada, dos emitentes de valores mobiliários em mercado regulado;
 - Por exigência do processo de consulta pública, o IPCG divulgou, em paralelo com a versão em língua portuguesa, o seu Código na língua inglesa;
 - Na posse de todos os contributos recolhidos no procedimento de consulta pública, foi realizada internamente numa tarefa exaustiva de avaliação de todas as críticas e sugestões formuladas e que conduziu à versão do texto base no qual foram acolhidas aquelas que foram entendidas como pertinentes e passíveis de enriquecer o documento; de referir, a título meramente ilustrativo, a simplificação da versão anterior com a supressão de 23 recomendações e a redução, no seu conteúdo, de mais 9;
 - Porque foi preocupação, desde a primeira hora, conseguir o apoio dos emitentes, o Código já revisto nos termos dos pontos anteriores foi objecto de duas reuniões, com Directores Jurídicos destas sociedades, ocorridas em 21 de Julho e 4 de Novembro, que tiveram o propósito de expor a estes interlocutores a "ratio" das soluções que o IPCG consagrou e explicar o alcance de alguns dos princípios e recomendações consagradas;
 - Finalmente e já na posse de uma versão final do Código de Governo das Sociedades do IPCG, a Direcção teve, em Novembro, uma reunião com a Administração da CMVM a quem entregou, formalmente, o documento para avaliação da entidade reguladora; de referir que neste encontro foi, ainda, abordado o modelo que o Instituto pensa implementar para fazer o acompanhamento e monitorização do seu Código.



3. Outras intervenções nos domínios normativo e legislativo

Deixámos claro que o Código de Governo das Sociedades do IPCG ocupou, neste exercício, a primeira linha das nossas preocupações e que o mesmo mereceu, pelos impactos no curto e no médio prazo que vai seguramente ter na actividade do Instituto, uma atenção que consumiu percentagem muito significativa dos meios disponíveis. Tal não invalidou que a outras matérias dos domínios normativo e legislativo tenha igualmente sido dedicado o interesse que as mesmas merecem, atenta a avaliação positiva que delas se fez relativamente à sua interacção, directa ou indirecta, com a temática mais vasta do governo societário. Dentre todas, salientamos:

- O contributo prestado ao Governo, a seu pedido, na elaboração da proposta de lei destinada a atingir uma representação equilibrada de género nos órgãos de gestão das empresas do sector público e das empresas cotadas em Bolsa, contributo que revestiu a forma de um parecer em que o IPCG teceu diversos considerandos sobre a problemática da diversidade de género nos órgãos sociais, formulou críticas a algumas soluções propostas pelo Governo no texto em apreciação e apresentou soluções, que fundamentou, para colmatar as disfunções detectadas;
- A avaliação a que procedeu, também a solicitação do Secretário de Estado Adjunto, do Tesouro e das Finanças, do projecto de transposição da Directiva n.º 2014/57/EU do Parlamento Europeu e do Conselho, relativos ao abuso do mercado, apontando, na resposta dada, a necessidade de se promover uma articulação mais assertiva entre os dispositivos consagrados nesta norma e o governo corporativo;
- A resposta favorável que transmitiu à Associação Portuguesa de Ética Empresarial – APEE e ao Global Compact – Network Portugal para integrar a Cpl10 – Cooperação para a Integridade, cujos objectivos são reflectir sobre a boa governação das organizações à luz da ética, da responsabilidade social e da sustentabilidade e que tem, como fim último, a elaboração de um Código de Boa Governação para as PME's;
- A audiência solicitada ao Presidente da República e concedida na

pessoa do seu assessor económico para manifestar a preocupação do IPCG pelos “sucessivos atropelos aos mais elementares princípios do governo societário” a que se tem assistido, “aparentemente sem reacção pelas instâncias regulatórias competentes e/ou das governamentais ou parlamentares” e que serviu para dirigir um apelo ao magistério de influência do Presidente da República tendo em vista corrigir as disfunções observadas.

4. Iniciativas formativas e informativas – difusão do conhecimento

Apenas por memória, regista-se a centralidade que a difusão do conhecimento sobre as matérias do *corporate governance* vem ocupando nos sucessivos programas de actividades do IPCG. De facto, da avaliação possível feita aos fenómenos que têm ocorrido no domínio do governo societário nos últimos anos, um dos aspectos que mais terá sobressaído foi a falta de preparação que boa parte dos agentes envolvidos demonstra possuir para exercer as funções que lhes foram confiadas, revelando, as mais das vezes e de forma gritante, um acentuado desconhecimento dos mais básicos princípios do *corporate governance*. Consciente desta situação, mas empenhada em contribuir para a sua inversão, o Instituto tem desenvolvido inúmeras iniciativas, tanto no domínio da formação, como na informação. Das mais expressivas, salientam-se as que se identificam de seguida.

Assim, na vertente da formação, destacam-se:

- O lançamento de um Programa Avançado para Administradores Não Executivos, que ocorreu em Março, e cujo objectivo primeiro era dotar os actuais e futuros administradores não executivos das ferramentas teóricas e de conhecimentos que lhes permitam executar, com eficiência a responsabilidade, as suas funções quando a isso sejam chamados; dotado de um corpo docente com larga experiência nas matérias em causa, a sensibilidade recolhida no final da acção dos alunos participantes nesta 1.ª edição foi muito favorável e de molde a fortalecer a convicção na continuidade da iniciativa;
- Por motivos que ultrapassam a nossa vontade, não foi possível

concluir no presente exercício o objecto da parceria celebrada com o INSEAD para a elaboração de um "paper" sobre o caso BES/GES; como é conhecido, das acções desenvolvidas no final de 2015, concretamente do debate a que foi sujeito o primeiro "draft" do trabalho, resultaram diversas propostas de alteração que os relatores do documento terão agora que avaliar e reflectir na versão final do documento, o que até à data não foi concluído;

- Inscrita no âmbito da parceria em tempos estabelecida com a Fundação Minerva/Universidade Lusíada de Lisboa, realização de um seminário basicamente dirigido a alunos da Faculdade de Direito deste estabelecimento de ensino superior e subordinado ao tema "Governo das Sociedades em Portugal: contexto actual", de cuja apresentação se encarregou o Professor Doutor Pedro Maia;
- Correspondendo ao convite recebido da Direcção do ISEG, participação no curso de Alta Direcção promovido por esta entidade e subordinado ao tema geral da "Governança dos Sistemas de Informação"; ao IPCG coube ministrar o módulo com o título "Corporate Governance: Ética, Auto-regulação e Independência", que foi garantida pela Doutora Sofia Santos e pelo Professor Doutor Pedro Maia;
- Complementar do Programa Avançado para Administradores Não Executivos e inscrita no propósito de manter o vínculo ao IPCG dos participantes que frequentaram esta acção formativa, promoção de uma Conferência sobre "As Alianças Estratégicas Como Opções de Crescimento das Empresas: Implicações ao nível do Corporate Governance", em que foi orador principal o Professor Luís Todo Bom;

Quanto à vertente informativa, salientam-se as seguintes iniciativas:

- Realização de um *workshop*, em parceria com a Baker Tilly, subordinado ao tema "Auditoria Interna: Criação de Valor";
- Participação, a convite do IPAI, no Fórum de Auditoria Interna 2016, com o tema geral "Leadership – Staying a step ahead"; coube ao Professor Doutor António Gomes Mota, em representação do IPCG, desenvolver a matéria "Liderança e Governança";
- Participação no Congresso dos ROC – Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, com o tema geral "Auditoria na Supervisão", integrando uma Mesa Redonda que tratou a matéria do "Governo das

Sociedades"; a apresentação foi da responsabilidade do Eng. Manuel Agria;

- Participação na Conferência "Integridade e Reputação", organizada pela Llorent & Cuenca, com uma intervenção no Painel de Debate feita pelo Eng. Manuel Agria.

5. Relacionamento institucional

A Direcção reconheceu que, para atingir o objectivo a que se propõe de difundir o conhecimento sobre as matérias que constituem o seu objecto social, é essencial criar uma base institucional de adesão a estes princípios tão ampla quanto possível. Mas não só. É determinante que esse universo reconheça no IPCG a autoridade e a competência que lhe atribuem o estatuto de referência e de autoridade nessas matérias. Nestes termos, tem sido preocupação a formatação de modelos que privilegiem o estabelecimento de formas de relacionamento que sustentem este propósito. A celebração de parcerias e/ou acordos de cooperação, a participação em eventos, de organização própria ou alheia, a divulgação na imprensa de pontos de vista sobre o governo societário, por iniciativa directa ou a solicitação de terceiros, o envolvimento em projectos mais amplos em domínios que interagem com a problemática do *corporate governance*, como é exemplo a responsabilidade social corporativa, a presença activa em encontros e reuniões onde é convidada a expressar as suas opiniões sobre as áreas da sua competência, todos são exemplo do interesse com que é encarada, pela Direcção, esta missão e do esforço que é despendido na sua prossecução.

O ano de 2016 não descurou este objectivo e tomou algumas iniciativas, dentre as quais salientamos, pela sua relevância, as seguintes:

- Reunião com a Missão do FMI criada no âmbito da consulta ao abrigo do artigo IV do PAEF – Programa de Assistência Económica e Financeira a Portugal, para debater o tema "Recent developments and corporate governance in Portugal";
- Celebração de um Protocolo de Cooperação com o ICGM – Instituto de Corporate Governance de Macau, em que as partes se comprometem a estabelecer e implementar modelos de cooperação mútua e permanente que promovam a investigação e divulgação dos princípios de *corporate governance*; de referir, ainda, o início de contactos com o IoDMZ – Instituto de Directores

- de Moçambique, com o mesmo propósito;
- Recepção a 30 empresárias brasileiras, que organizou em parceria com a SRS – Sociedade Rebelo de Sousa & Advogados Associados, RL, membros do Women Corporate Directors do IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa e que constituiu um momento privilegiado para troca de pontos de vista sobre algumas matérias de candente actualidade, como é caso da questão da diversidade de género e das diversas ópticas sob que pode ser avaliada;
 - Participação no Projecto “Promoção da igualdade de género nos lugares de decisão e redução das assimetrias nas empresas: do diagnóstico à acção”, liderado pelo ISEG e em que assumiu um cargo no Comité Consultivo;
 - Reuniões com peritos e personalidades externas de reconhecido mérito sobre matérias de *corporate governance*, frutuosas na troca de opiniões e pontos de vista sobre estas problemáticas e úteis para a actualização de conhecimento sobre a sua situação actual, a nível global, e tendência futuras; enquadram-se, neste caso, o Professor Ahmed Naciri, da ESG Business School in Montreal, responsável nesta escola superior de negócios pelo “Groupe de Recherche sur la Governance des Organisations”, e o Professor Yilmaz Arguden, fundador da Argüden Governance Academy e Chairman da ARGE Consulting.

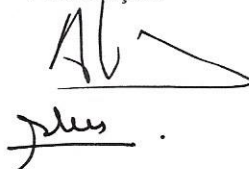


6. Análise Financeira

- O exercício de 2016 apurou um volume total de receitas com origem na quotização dos seus associados de € 83.850,00, cerca de 2% inferior ao valor cobrado no exercício anterior, que se havia cifrado em € 85.500,00;
- Ao montante da quotização acrescem outros rendimentos, sendo de salientar, pela sua expressão e impacto nos resultados apurados, a receita cobrada aos participantes pela frequência do Programa Avançado para Administradores Não Executivos, que se cifrou em € 57.975,00; de registar, também, os rendimentos provenientes de direitos de autor associados à publicação "A Emergência e o Futuro do Corporate Governance em Portugal", no valor de € 54,45; e os juros devidos por aplicações de excedentes de tesouraria, que somaram € 191,26; em termos acumulados, a receita total apurada cifrou-se em € 142.070,71;
- As despesas administrativas acumularam no exercício o valor de € 112.778,10, cerca de 5,6% superiores às registadas no período homólogo anterior; neste montante está reflectida a deliberação da Direcção de atribuir ao Vice-Presidente Executivo um bónus por bom desempenho no valor de € 15.000,00 e também nele estão inseridos os encargos suportados pelo Instituto com a realização do Programa Avançado para Administradores Não Executivos, já referenciado no ponto anterior, e que somaram € 15.348,00;
- O resultado líquido apurado no exercício foi positivo, registando o valor de € 21.378,18; contabilizado este resultado, os fundos patrimoniais exibem, em 31 de Dezembro de 2016, a cifra de € 52.752,18;
- Nestes termos, propõe-se que o saldo apurado, no valor de € 21.378,18, seja acrescido ao Fundo Social.

Lisboa, 8 de Março de 2017

A Direcção



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



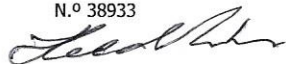
BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

Unidade monetária: Euros

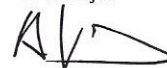
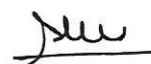
RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31.12.2016	31.12.2015
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	2 321,85	1 189,20
Activos intangíveis	5	650,71	455,23
		2 972,56	1 644,43
Activo corrente			
Créditos a receber	6	53,95	4 132,36
Estado e outros entes públicos	12	61,43	241,45
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	7	7 800,00	5 200,00
Diferimentos	8	3 156,05	2 766,71
Caixa e depósitos bancários	9	65 391,79	56 716,88
		76 463,22	69 057,40
Total do Activo		79 435,78	70 701,83
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Fundos	10	31 374,00	56 660,16
Resultado líquido do exercício	10	21 378,18	-25 286,16
Total dos Fundos patrimoniais		52 752,18	31 374,00
PASSIVO			
Passivo corrente			
Fornecedores	11	1 290,72	1 206,17
Estado e outros entes públicos	12	2 003,56	2 400,10
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	7	0,00	50,00
Diferimentos	8	300,00	0,00
Outros passivos correntes	13	23 089,32	35 671,56
		26 683,60	39 327,83
Total do Passivo		26 683,60	39 327,83
Total dos Fundos patrimoniais e do Passivo		79 435,78	70 701,83

O Contabilista Certificado

N.º 38933



A Direcção

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015**

Unidade monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS		NOTAS	EXERCÍCIOS	
			2016	2015
(+)	Vendas e serviços prestados	6-7-14	141 825,00	85 500,00
(-)	Fornecimentos e serviços externos	15	-62 256,15	-45 103,12
(-)	Gastos com o pessoal	16	-50 521,95	-61 655,39
(-/+)	Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	7	-3 075,00	-3 000,00
(+)	Outros rendimentos	17	245,71	4 115,71
(-)	Outros gastos	18	-3 526,40	-2 601,01
=	Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		22 691,21	-22 743,81
(-/+)	Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-1 267,57	-2 466,00
=	Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		21 423,64	-25 209,81
=	Resultado antes de impostos		21 423,64	-25 209,81
(-/+)	Imposto sobre o rendimento do exercício	4	-45,46	-76,35
=	Resultado líquido do exercício	10	21 378,18	-25 286,16

O Contabilista Certificado
N.º 38933

[Assinatura]

A Direcção

[Assinatura]

[Assinatura]

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015**

Unidade monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS		NOTAS	EXERCÍCIOS	
			2016	2015
(+)	Vendas e serviços prestados	6-7-14	141 825,00	85 500,00
=	Resultado bruto		141 825,00	85 500,00
(+)	Outros rendimentos		720,71	4 115,71
(-)	Gastos administrativos		-112 778,10	-106 758,51
(-)	Outros gastos		-8 343,97	-8 067,01
=	Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		21 423,64	-25 209,81
=	Resultados antes de impostos		21 423,64	-25 209,81
(-/+)	Imposto sobre o rendimento do exercício	4	-45,46	-76,35
=	Resultado líquido do exercício	10	21 378,18	-25 286,16

O Contabilista Certificado
N.º 38933



A Direcção



DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

Unidade monetária: Euros

DESCRIÇÃO	NOTAS	FUNDOS PATRIMONIAIS ATRIBUÍDOS AOS INSTITUIDORES DA ENTIDADE		
		Fundos	Resultado líquido do exercício	Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO 2015	10	55 388,44	1 271,72	56 660,16
ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO				
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		1 271,72	-1 271,72	-
		1 271,72	-1 271,72	-
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO			-25 286,16	-25 286,16
POSIÇÃO NO FIM DO EXERCÍCIO 2015	10	56 660,16	-25 286,16	31 374,00
POSIÇÃO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO 2016	10	56 660,16	-25 286,16	31 374,00
ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO				
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		-25 286,16	25 286,16	-
		-25 286,16	25 286,16	-
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO			21 378,18	21 378,18
POSIÇÃO NO FIM DO EXERCÍCIO 2016	10	31 374,00	21 378,18	52 752,18

O Contabilista Certificado

N.º 38933



A Direcção

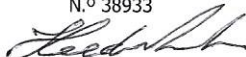


**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015**

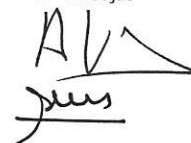
Unidade monetária: Euros

RUBRICAS	NOTAS	EXERCÍCIOS	
		2016	2015
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		140 544,44	80 944,31
Pagamentos a fornecedores		-64 460,48	-49 127,57
Pagamentos ao pessoal		-63 614,19	-32 075,72
Caixa gerada pelas operações		12 469,77	-258,98
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		103,68	-148,98
Outros recebimentos/pagamentos		-1 302,84	998,10
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		11 270,61	590,14
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-2 080,57	-981,54
Activos intangíveis		-515,13	-531,36
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-2 595,70	-1 512,90
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		8 674,91	-922,76
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	9	56 716,88	57 639,64
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	9	65 391,79	56 716,88

O Contabilista Certificado
N.º 38933



A Direcção



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM

31.DEZEMBRO.2016

(Valores expressos em Euros)

NOTA 1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

O Instituto Português de Corporate Governance é uma Associação de direito privado, fundada em 15 de Junho de 2004, pessoa colectiva com o número 506 665 909, com sede social na Avenida da Liberdade, n.º 196, 6.º piso, em Lisboa, que tem como objecto estatutário a investigação e divulgação dos princípios de Corporate Governance podendo para o efeito desenvolver todas as actividades adequadas a tal fim.

NOTA 2 - REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho, e de acordo com a estrutura conceptual e a norma contabilística e de relato financeiro para as entidades do sector não lucrativo, aplicáveis no exercício findo em 31 de Dezembro de 2016.

NOTA 3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

a) Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade da actividade, a partir dos livros e registos contabilísticos do Instituto, de acordo com a NCRF para entidades do sector não lucrativo.

b) Especialização dos exercícios

O Instituto Português de Corporate Governance segue o princípio contabilístico da especialização de exercícios relativamente à generalidade das rubricas das Demonstrações Financeiras. Nesse sentido, os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respectivo recebimento ou pagamento.

c) Activos fixos tangíveis e activos intangíveis

Os activos fixos tangíveis e activos intangíveis estão contabilizados ao custo de aquisição, deduzidos de depreciações e amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações e amortizações são calculadas segundo o método das quotas constantes, por referência ao início do exercício em que os activos estão disponíveis para utilização, e dentro dos limites das taxas estabelecidas para fins fiscais, as quais se considera traduzirem satisfatoriamente a vida útil esperada.

As taxas de depreciação e amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida estimada:

	Anos de vida útil
Programas de computador	1 a 3
Equipamento administrativo	1 a 8

d) Activos e passivos financeiros

Os activos e passivos financeiros do Instituto são mensurados ao custo ou ao custo amortizado quando apresentam as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;

- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado corresponde à quantia pela qual um activo financeiro ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização acumulada, usando o método da taxa efectiva, de qualquer diferença entre a quantia inicial e a quantia na maturidade. A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados na quantia líquida escriturada do activo ou passivo financeiro.

Estão incluídos nesta categoria:

- 1- Os Clientes e Associados, mensurados ao custo amortizado deduzido de perdas por imparidade;
- 2- Caixa e depósitos bancários, incluindo depósitos à ordem e a prazo, são mensurados ao custo amortizado, o qual não difere do seu valor nominal;
- 3- Outros activos financeiros, incluindo “Estado e Outros Entes Públicos” e “Créditos a receber” mensurados ao custo amortizado, o qual corresponde normalmente ao seu valor nominal; e
- 4- Outros passivos financeiros, incluindo “Outros passivos correntes”, mensurados ao custo amortizado, o qual corresponde normalmente ao seu valor nominal.

Os activos financeiros são sujeitos a testes de apuramento de perdas por imparidade em cada data de relato. Os activos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objectiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afectados.

Os Associados com quotas em atraso superiores a quatro ou mais anos são integralmente provisionados, sendo as perdas por imparidade registadas na rubrica “Perdas por imparidade” da demonstração dos resultados.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e se essa diminuição pode ser objectivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Imparidades de dívidas a receber”.

e) Imposto sobre o rendimento

Os impostos correntes sobre o rendimento (IRC) são calculados de acordo com a legislação e taxas aplicáveis, tendo em consideração o enquadramento jurídico e legal atribuído ao Instituto Português de Corporate Governance.

NOTA 4 - IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Nos termos preconizados no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC), o Instituto Português de Corporate Governance configura um sujeito passivo do imposto, que não exerce a título principal uma actividade de natureza comercial, industrial ou agrícola, auferindo rendimentos não sujeitos a IRC, como sejam as quotas pagas pelos seus associados, bem como os subsídios destinados à realização dos seus fins estatutários (Artigo 54.º, nº 3 do CIRC).

As declarações fiscais ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos contado a partir do exercício a que respeitam.

O IRC foi calculado de acordo com a legislação e taxas aplicáveis em vigor. De acordo com o número 3 do Artigo 11.º do CIRC, foram considerados como rendimentos sujeitos a tributação os rendimentos suplementares resultantes da venda de publicações e dos juros obtidos de depósitos a prazo.

NOTA 5 - ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS E ACTIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o movimento ocorrido nos activos fixos tangíveis e activos intangíveis, bem como nas respectivas depreciações e amortizações acumuladas, foi o seguinte:

2016

	Activos fixos Tangíveis	Activos Intangíveis
Activos		
Saldo inicial	6.495,67	9.113,66
Aquisições	2.080,57	515,13
Saldo final	8.576,24	9.628,79
Depreciações e amortizações acumuladas		
Saldo inicial	5.306,47	8.658,43
Depreciações e amortizações do exercício	947,92	319,65
Saldo final	6.254,39	8.978,08
Activos líquidos	2.321,85	650,71

2015

	Activos fixos Tangíveis	Activos Intangíveis
Activos		
Saldo inicial	5.514,13	8.582,30
Aquisições	981,54	531,36
Saldo final	6.495,67	9.113,66
Depreciações e amortizações acumuladas		
Saldo inicial	4.645,86	6.853,04
Depreciações e amortizações do exercício	660,61	1.805,39
Saldo final	5.306,47	8.658,43
Activos líquidos	1.189,20	455,23

NOTA 6 - CRÉDITOS A RECEBER

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os movimentos de créditos a receber apresentavam-se da seguinte forma:

2016				
Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Redução	Saldo Final
Créditos a Receber:				
Clientes	3.690,00	57.975,00	-61.665,00	0,00
Adiantamentos a fornecedores	42,36	4.723,70	-4.712,11	53,95
Outros acréscimos de rendimentos	400,00	0,00	-400,00	0,00
	4.132,36	62.698,70	-66.777,11	53,95

2015				
Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Redução	Saldo Final
Créditos a Receber:				
Clientes	0,00	3.690,00	0,00	3.690,00
Adiantamentos a fornecedores	90,39	0,00	-48,03	42,36
Outros acréscimos de rendimentos	0,00	400,00	0,00	400,00
	90,39	4.090,00	-48,03	4.132,36

Em 31 de Dezembro de 2015, o saldo da rubrica “Clientes” era referente ao valor a receber da PricewaterhouseCoopers & Associados – SROC, no âmbito do “Research Study on the Downfall of Banco Espírito Santo” (Nota 17).

NOTA 7 – ASSOCIADOS - ACTIVO E PASSIVO E IMPARIDADE

ACTIVOS

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os movimentos de créditos a receber de associados, excluindo perdas por imparidade, apresentavam-se da seguinte forma:

2016				
Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Redução	Saldo Final
Associados:				
Jóias e quotas (Nota 14)	17.025,00	83.850,00	-78.275,00	22.600,00
	17.025,00	83.850,00	-78.275,00	22.600,00

2015

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Redução	Saldo Final
Associados:				
Jóias e quotas (Nota 14)	20.750,00	85.500,00	-89.225,00	17.025,00
	20.750,00	85.500,00	-89.225,00	17.025,00

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o Instituto tem reconhecidas perdas de imparidade para créditos a receber de associados no montante de € 14.800,00 e € 11.825,00, respectivamente, considerando a antiguidade das quotas em dívida, tal como segue:

A rubrica de Associados pode ser apresentada como segue:

Detalhe	2016	2015
Jóias e quotas:		
. Ano 2007	225,00	225,00
. Ano 2008	525,00	525,00
. Ano 2009	825,00	825,00
. Ano 2010	1.650,00	1.725,00
. Ano 2011	1.450,00	1.550,00
. Ano 2012	1.700,00	1.850,00
. Ano 2013	1.950,00	2.100,00
. Ano 2014	2.750,00	3.150,00
. Ano 2015	4.050,00	5.075,00
. Ano 2016	7.475,00	-
	22.600,00	17.025,00
Imparidade acumulada	(14.800,00)	(11.825,00)
Total	7.800,00	5.200,00

Em 31 de Dezembro de 2016 o valor recebido por conta de quotas futuras está contabilizado na rubrica "Diferimentos – Passivo (Nota 8).




Imparidade de créditos a receber em 31 de Dezembro de 2016:

Anos	Saldo Inicial	Movimento			Saldo Final
		Reforço	Redução	Utilizações	
2007	225,00	0,00	0,00	0,00	225,00
2008	525,00	0,00	0,00	0,00	525,00
2009	825,00	0,00	0,00	0,00	825,00
2010	1.650,00	0,00	-75,00	0,00	1.575,00
2011	1.450,00	50,00	-50,00	-50,00	1.400,00
2012	1.800,00	0,00	-50,00	-50,00	1.700,00
2013	1.750,00	300,00	-100,00	0,00	1.950,00
2014	1.800,00	600,00	-100,00	0,00	2.300,00
2015	1.800,00	600,00	-100,00	0,00	2.300,00
2016	0,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
TOTAL	11.825,00	3.550,00	-475,00	-100,00	14.800,00

Em 31 de Dezembro de 2016 foi efectuada a utilização de perdas por imparidade para créditos a receber de associados no montante de € 100,00, dado tratarem-se de dívidas de saldos com ex-associados e que se encontravam integralmente provisionadas.

Imparidade de créditos a receber em 31 de Dezembro de 2015:

Anos	Saldo Inicial	Movimento		Saldo Final
		Reforço	Utilizações	
2007	1.650,00	0,00	-1.425,00	225,00
2008	1.800,00	0,00	-1.275,00	525,00
2009	2.100,00	75,00	-1.350,00	825,00
2010	3.000,00	0,00	-1.350,00	1.650,00
2011	2.700,00	0,00	-1.250,00	1.450,00
2012	1.975,00	125,00	-300,00	1.800,00
2013	1.550,00	450,00	-250,00	1.750,00
2014	1.500,00	450,00	-150,00	1.800,00
2015	0,00	1.900,00	-100,00	1.800,00
TOTAL	16.275,00	3.000,00	-7.450,00	11.825,00

Em 31 de Dezembro de 2015 foi efectuada a utilização de perdas por imparidade para créditos a receber de associados no montante de € 7.450,00, dado tratarem-se de dívidas de saldos com ex-associados e que se encontravam integralmente provisionadas.

PASSIVOS

Descrição	2016	2015
Associados:		
Quota antecipada	0,00	50,00
TOTAL VALORES PASSIVOS	0,00	50,00

As jóias e quotas relativas ao ano de 2015 no valor de € 5.075,00 incluíam € 50,00, relativos a adiantamento de associados por conta quotas futuras.

NOTA 8 – DIFERIMENTOS – ACTIVO E PASSIVO

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, estas rubricas têm a seguinte decomposição:

Descrição	2016	2015
Gastos a reconhecer		
Rendas e alugueres	2.081,68	1.693,42
Conservação e reparação	691,88	691,88
Serviços especializados	348,40	348,40
Seguros	34,09	33,01
TOTAL VALORES ACTIVOS	3.156,05	2.766,71
Rendimentos a reconhecer		
Quotizações	300,00	0,00
TOTAL VALORES PASSIVOS	300,00	0,00

NOTA 9 - CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	2016	2015
Caixa	85,19	66,30
Depósitos à ordem	20.306,60	11.650,58
Depósitos a prazo	45.000,00	45.000,00
Total dos depósitos bancários	65.306,60	56.650,58
TOTAL	65.391,79	56.716,88

Em 31 de Dezembro de 2016, o saldo da rubrica “Depósitos a prazo” corresponde a um depósito a prazo contratado junto do Millennium bcp, remunerado à taxa de juro anual de 0,4%, sendo o seu vencimento em Fevereiro de 2017.

Em 31 de Dezembro de 2015, o saldo da rubrica “Depósitos a prazo” correspondia a dois depósitos a prazo contratados junto do Millennium bcp nos montantes de € 30.000,00 e € 15.000,00, remunerados às taxas de juro anual de 0,6% e 0,25%, sendo os seus vencimentos em Outubro e Fevereiro de 2016, respectivamente.

NOTA 10 – FUNDOS PATRIMONIAIS

O movimento nos Fundos Patrimoniais é apresentado na Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais.

Os Fundos Patrimoniais são constituídos pelos resultados de exercícios anteriores, correspondendo essencialmente às jóias e quotas de associados deduzidos dos custos do Instituto Português de Corporate Governance. De seguida é apresentada a sua evolução por anos:

Descrição	Valor
Constituído no Exercício de 2004	1.300,00
Constituído no Exercício de 2005	20.281,72
Constituído no Exercício de 2006	30.032,90
Constituído no Exercício de 2007	46.135,61
Constituído no Exercício de 2008	-9.128,22
Constituído no Exercício de 2009	7.470,39
Constituído no Exercício de 2010	2.711,10
Constituído no Exercício de 2011	-40.479,65
Constituído no Exercício de 2012	4.712,36
Constituído no Exercício de 2013	-7.647,77
Constituído no Exercício de 2014	1.271,72
Constituído no Exercício de 2015	-25.286,16
Total dos Fundos	31.374,00
Resultado líquido do exercício de 2016	21.378,18
Total dos Fundos Patrimoniais	52.752,18

NOTA 11 - FORNECEDORES – PASSIVO

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	2016	2015
Cunha Vaz & Associados	615,00	615,00
Angulo Sólido Serviços	348,40	348,40
Informa D&B	307,50	0,00
Eden Springs Portugal, S.A.	19,82	21,37
Check People Staff, Lda.	0,00	221,40
TOTAL	1.290,72	1.206,17

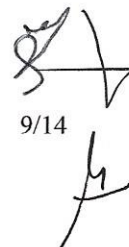
NOTA 12 - ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS – ACTIVO E PASSIVO

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	2016	2015
Contribuições Segurança Social	945,72	945,72
Retenção IRS Trabalho Dependente	516,00	534,00
Retenção IRS Prediais	421,38	351,33
Retenção IRS Trabalho Independente	75,00	75,00
IRC – Autoliquidação	41,77	70,16
Derrama	3,69	6,19
IVA – a pagar	0,00	417,70
TOTAL VALORES PASSIVOS	2.003,56	2.400,10

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o Instituto não apresenta situação de mora.

9/14



NOTA 13 – OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	2016	2015
Outros Passivos Correntes		
Remunerações a pagar (Nota 16)	20.933,32	33.473,32
Deslocações e estadas	1.664,00	1.664,00
Honorários	492,00	0,00
Pessoal - Remunerações a pagar	0,00	534,24
TOTAL VALORES PASSIVOS	23.089,32	35.671,56

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o saldo da rubrica “Remunerações a pagar” corresponde à atribuição ao Vice-Presidente Executivo da Direcção, relativamente aos exercícios de 2016 e 2015 e sem carácter de regularidade, de um bónus de desempenho, na forma de um “lump sum” no valor de € 15.000,00 e € 30.000,00, respectivamente, e à estimativa relativa a férias e subsídio de férias do trabalhador dependente. Em 31 de Dezembro de 2015, inclui ainda € 534,24 a pagar ao Vice-Presidente Executivo da Direcção por despesas incorridas com a utilização de viatura própria em actividades do Instituto.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o saldo da rubrica “Deslocações e estadas” corresponde ao valor estimado de despesas de transporte aéreo, entre França e Portugal a incorrer no âmbito do “Research Study on the Downfall of Banco Espírito Santo”, realizado durante 2015.

Em 31 de Dezembro de 2016, o saldo da rubrica “Honorários” corresponde ao valor atribuído ao júri de avaliação na discussão oral do curso “Programa Avançado para Administradores Não Executivo”, tendo sido pago em 2017.

Em 31 de Dezembro de 2015, o saldo da rubrica “Outros acréscimos de rendimentos” correspondia ao valor de quotas de 2015, que foram facturadas em 2016.

NOTA 14 - VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	2016	2015
Quotas dos associados (Nota 6)	83.850,00	85.500,00
Promoção para captação de recursos	61.150,00	0,00
Descontos e abatimentos	-3.175,00	0,00
TOTAL	141.825,00	85.500,00

Em 31 de Dezembro de 2016, o saldo da rubrica “Promoção para captação de recursos” corresponde ao valor recebido pelas inscrições no âmbito do curso “Programa Avançado para Administradores Não Executivo.”

Em 31 de Dezembro de 2016, o saldo da rubrica “Descontos e abatimentos” corresponde ao valor de descontos atribuídos aos sócios do IPCG, pelas inscrições no curso “Programa Avançado para Administradores Não Executivo.”


10/14


NOTA 15 - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	2016	2015
Rendas e Alugueres	22.262,34	20.321,04
Trabalhos especializados		
Cunha Vaz & Associados	7.380,00	7.380,00
Prog. Avançado p/ Adm. Não Executivos	5.904,00	0,00
Angulo Sólido Serviços	4.180,80	4.180,80
Forletter, S.A.	341,94	336,38
Informa D&B	307,50	0,00
Business Unit, Lda.	72,57	0,00
Check People Staff, Lda.	0,00	211,05
Câmara Com.Luso-Belga-Luxemburguesa	0,00	120,00
Reuniões Conferências (Org. Eventos)	6.873,50	3.179,12
Honorários:		
Prog. Avançado p/ Adm. Não Executivos	3.800,00	0,00
Hélder Pinhão	1.200,00	1.200,00
Ana Sofia Pais Ferreira	480,00	0,00
Deslocações e Estadas	3.900,68	4.684,36
Limpeza, Higiene e Conforto	1.548,87	425,35
Conservação e Reparação	1.415,88	1.355,44
Material de Escritório	1.296,87	721,62
Comunicação		
Telefone	491,31	516,29
Correio	355,85	235,04
Outros Serviços	380,98	216,35
Transportes de Mercadorias	49,00	0,00
Ferramentas e Utensílios de Desgaste Rápido	14,06	3,30
Livros e Documentação Técnica	0,00	16,98
TOTAL	62.256,15	45.103,12

A variação verificada em 2016 nas rubricas “Rendas e Alugueres” e “Limpeza, Higiene e Conforto” corresponde essencialmente à alteração dos termos do contrato de arrendamento das instalações do IPCG pela saída de um inquilino do Edifício Victoria em 1 de Agosto de 2016.

A variação verificada em 2016 nas rubricas “Trabalhos especializados”, “Reuniões Conferências (Org. Eventos)”, “Honorários” e “Material de Escritório” corresponde essencialmente à organização do curso “Programa Avançado para Administradores Não Executivos”.

11/14

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o saldo da rubrica "Deslocações e Estadas" corresponde essencialmente ao ressarcimento das despesas incorridas pelo Vice-Presidente Executivo da Direcção em actividades do Instituto. Conforme aprovado em Acta da Direcção de 26 de Maio de 2015, o Instituto passou a suportar a partir de 1 de Janeiro de 2015 as despesas do Vice-Presidente Executivo da Direcção pela utilização da viatura própria em actividades do Instituto.

NOTA 16 - GASTOS COM PESSOAL

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	2016	2015
Remunerações do pessoal	20.058,67	19.935,28
Remunerações para prémio de desempenho (Nota 13)	17.460,00	30.000,00
Remunerações dos órgãos sociais	4.936,61	3.678,84
Encargos patronais para a Segurança Social	4.116,58	4.116,58
Remunerações para férias e subsídio de férias (Nota 13)	3.473,32	3.473,32
Seguro para Acidentes de Trabalho	224,06	220,60
Formação do Pessoal	110,70	61,50
Higiene, Segurança no Trabalho	107,01	98,40
Medicina no Trabalho	35,00	70,87
TOTAL	50.521,95	61.655,39

Conforme aprovado em Acta da Direcção de 8 de Março de 2017, o Instituto atribuiu ao Vice-Presidente Executivo da Direcção, relativamente ao exercício de 2016 e sem carácter de regularidade, um bónus de desempenho, na forma de um "lump sum" no valor de € 15.000,00.

Conforme aprovado em Acta da Direcção de 16 de Março de 2016, o Instituto atribuiu ao Vice-Presidente Executivo da Direcção, relativamente ao exercício de 2015 e sem carácter de regularidade, um bónus de desempenho, na forma de um "lump sum" no valor de € 30.000,00.

Os órgãos directivos e sociais do Instituto não auferem qualquer remuneração fixa de acordo com os estatutos do Instituto.

A média de funcionários dependentes ao serviço do Instituto é de 1 colaborador nos exercícios de 2016 e 2015, respectivamente.



12/14



NOTA 17 - OUTROS RENDIMENTOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	2016	2015
Juros obtidos de depósitos	191,26	890,63
Direitos de Autor	54,44	75,08
Excesso da estimativa para impostos	0,01	0,00
Patrocínios	0,00	3.000,00
Inscrições de Congressos, Colóquios, Conferências, Seminários	0,00	150,00
TOTAL	245,71	4.115,71

Em 31 de Dezembro de 2016, o saldo da rubrica “Direitos de Autor” corresponde ao valor recebido das Edições Almedina, S.A. pelas vendas da Obra “A Emergência e o Futuro do Corporate Governance em Portugal”.

Em 31 de Dezembro de 2015, o saldo da rubrica “Patrocínios” correspondia ao valor a pagar pela PricewaterhouseCoopers & Associados – SROC, no âmbito do “Research Study on the Downfall of Banco Espírito Santo” (Nota 6).

Em 31 de Dezembro de 2015, o saldo da rubrica “Inscrições de Congressos, Colóquios, Conferências, Seminários” correspondia ao valor recebido de inscrições no Seminário do IPCG “Os riscos Emergentes do Corporate Governance”.

Em 31 de Dezembro de 2015, o saldo da rubrica “Direitos de Autor” correspondia ao valor recebido das Edições Almedina, S.A. das vendas da Obra “A Emergência e o Futuro do Corporate Governance em Portugal”.

NOTA 18 - OUTROS GASTOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	2016	2015
Quotizações	2.000,00	2.000,00
Impostos	1.076,40	276,00
Donativos	400,00	0,00
Correcções relativas a períodos anteriores	50,00	0,00
Dívidas Incobráveis	0,00	325,00
Insuficiência da estimativa para impostos	0,00	0,01
TOTAL	3.526,40	2.601,01

Em 31 de Dezembro de 2016, o saldo da rubrica “Correcções relativas a períodos anteriores” corresponde a uma quotização relativa ao exercício de 2015 pelo facto do respectivo associado ter procedido ao cancelamento da sua filiação em 2016 com efeitos retroactivos a partir de 1 de Janeiro de 2015.


13/14


NOTA 19 - APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas Demonstrações Financeiras foram aprovadas pela Direcção em 8 de Março de 2017.

NOTA 20 - EVENTOS SUBSEQUENTES

Desde a conclusão do ano de 2016, e até à presente data, não se observaram quaisquer factos relevantes susceptíveis de serem mencionados.

Lisboa, 8 de Março de 2017

O Contabilista Certificado n.º 38933



A Direcção

